

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.663 - DF (2019/0358461-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AUTOR : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
RÉU : **MERCIA FATIMA GARBIN DALCIN**

DECISÃO

Trata-se de ação rescisória proposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL com arrimo no art. 966, V e VIII, do CPC/2015, a qual visa rescindir acórdão proferido pela Segunda Turma, da lavra do em. Ministro Herman Benjamin, que deu provimento ao recurso especial interposto pela parte ré para fixar o "termo inicial do benefício a contar da data do requerimento administrativo realizado" (REsp n. 1.795.790/RS) (e-STJ fls. 426/432).

A autarquia/autora sustenta, em síntese, violação literal ao disposto no art. 39, II, da Lei n. 8.213/1991 e erro de fato, sob os seguintes argumentos (e-STJ fls. 3/13):

a) na ação originária, a sentença foi parcialmente reformada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região para afastar a concessão desde a Data de Entrada do Requerimento – DER, em 25/01/2016, fixando o termo inicial da condenação em 30/10/2017, data em que efetivamente comprovada a indenização do período rural averbado;

b) a fundamentação adotada no julgamento do REsp 1.795.790/RS para a reforma do acórdão do TRF-4ª Região está dissociada da efetiva análise da situação posta em Juízo, evidenciando erro de fato na apreciação do caso. Isso porque, para concluir pela necessidade de retroação da DIB à DER, o julgado rescindendo utilizou fundamentação para hipótese diversa, em que se discutia o termo inicial de benefício de aposentadoria especial com base no laudo pericial produzido nos autos;

c) "a discussão enfeixada no caso não passa pela análise de laudo pericial de qualquer espécie, de modo que clara a ocorrência de erro de fato a autorizar a desconstituição do *decisum* com base no art. 966, VIII, do CPC";

d) a solução dada ao caso destoa da interpretação consolidada no STJ quanto à extensão do art. 39, II, do CPC, nos moldes da sua Súmula 272, importando em manifesta violação de norma jurídica, a ensejar a rescisão na forma do art. 966, V, do CPC; e

e) além do erro de fato, o julgado rescindendo incorreu em violação dos arts. 39, II, e 55, § 2º, da Lei nº 8.213/1991, dos quais se infere que o cômputo de tempo de serviço do trabalhador rural posterior ao início da vigência da referida Lei, para efeito de aposentadoria por tempo de contribuição, está condicionado ao correspondente recolhimento das contribuições previdenciárias do período postulado.

Postula a concessão da tutela de urgência, apontando a violação dos normativos indicados como a probabilidade do direito, e, como perigo de dano, o fato de que "a execução já está em andamento, com a determinação para se implantar benefício e realizar o cálculo dos atrasados", motivo pelo qual requer a imediata suspensão da execução, especialmente eventual requisição de prestações vencidas antes de 30/10/2017 (e-STJ fl. 11).

Requer, ao fim, que seja julgada procedente a ação, desconstituindo-se a decisão rescindenda, mediante novo julgamento pela improcedência do pedido. Pleiteia, ainda, a dispensa do depósito prévio por força do § 1º do art. 968 do Código de Processo Civil/2015.

Passo a decidir.

O Superior Tribunal de Justiça tem entendido ser cabível, excepcionalmente, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela em ação rescisória com o fito de suspender a execução da decisão rescindenda desde que presentes os requisitos de urgência legalmente previstos. Nesse sentido: AgRg na AR 5278/PR, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/03/2014.

Na presente hipótese, ao menos em um exame perfunctório dos autos, próprios das medidas de urgência, não vislumbro a verossimilhança das alegações.

A decisão rescindenda asseverou que "a orientação do STJ de que o laudo pericial não pode ser utilizado como parâmetro para fixar o termo inicial de aquisição de direitos" (e-STJ fl. 429). Na sequência, deu provimento ao recurso especial da ora ré para estabelecer que o termo inicial do benefício seria "a contar da data do requerimento administrativo" (e-STJ fl. 432).

Tal posição se acha, em princípio, em consonância com a orientação deste Tribunal Superior, segundo a qual "o termo inicial do benefício deverá ser a partir da data do efetivo requerimento administrativo, observada a prescrição quinquenal, uma vez que é uníssona a orientação de que a formulação de requerimento administrativo suspende a contagem prescricional, cujo curso retomará com a decisão final da Administração sobre o pleito" (AgRg no REsp 1.362.580/RJ, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, julgado em 25/04/2017, DJe 08/05/2017). (Grifos acrescidos).

Ademais, a alegação de que a fundamentação do acórdão rescindendo está dissociada da situação posta em Juízo confunde-se com o próprio mérito da demanda, que, como visto, foi decidido em aparente conformidade com a jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito de antecipação dos efeitos da tutela. Cite-se a parte ré para contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 970 do CPC/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator